



# FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE NOSSA SENHORA EM PORTUGAL (1868-2018)

---

FERNANDO DE SOUSA  
DIOGO FERREIRA

---



*Provincia Portuguesa das*  
FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE N<sup>ª</sup> SENHORA



CEPESE





A todas as Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora que, com a sua fé, amor, alegria, abnegação e espírito missionário, têm ajudado a implementar o reino de Deus e a construir um mundo mais fraterno e solidário.

À toutes les Religieuses Franciscaines Missionnaires de Notre Dame qui ont aidé à mettre en œuvre le règne de Dieu et à construire un monde plus fraternel et solidaire, avec toute leur foi, amour, joie, abnégation et esprit missionnaire.

A todas las Religiosas Franciscanas Misioneras de Nuestra Señora que han ayudado a implementar el reino de Dios y a construir un mundo más fraterno y solidario, con toda su fe, amor, alegría, abnegación y espíritu misionero.

To all the Franciscan Missionaries of Our Lady who with their faith, love, joy, abnegation and missionary spirit, have helped to implement God's kingdom and to build a more fraternal and kinder world.







# ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA .....	9
INTRODUÇÃO .....	11
<b>1. GÉNESE DAS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE NOSSA SENHORA OU FRANCISCANAS DE CALAIS (1854-1868).....</b>	<b>19</b>
1.1. Origens.....	19
1.2. Espiritualidade.....	31
1.3. Expansão.....	32
<b>2. AS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE NOSSA SENHORA EM PORTUGAL (1868-1910) .....</b>	<b>35</b>
2.1. As primeiras portuguesas em Calais (1868-1872).....	35
2.2. A experiência de Lisboa (1872-1875) .....	41
2.3. Começar de novo... no Norte de Portugal (1875-1876) .....	50
2.4. As Franciscanas de Calais no Porto (1877-1882) .....	54
2.5. Desenvolvimento e consolidação da obra das Franciscanas de Calais (1882-1910) .....	69
2.5.1. O crescimento das Franciscanas de Calais (1882-1900) .....	69
2.5.2. Da ameaça de extinção à consolidação da sua obra (1901-1910).....	91
<b>3. AS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE NOSSA SENHORA DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1910-1926)..</b>	<b>101</b>
3.1. As Franciscanas de Calais em Portugal nas vésperas da instauração da República (1910).....	105
3.2. A Revolução Republicana e a dramática sobrevivência (1910-1917).....	111
3.3. O relançamento das Franciscanas de Calais em Portugal (1918-1926).....	115
3.4. Balanço da perseguição republicana.....	126
<b>4. O RESSURGIMENTO DAS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE NOSSA SENHORA EM PORTUGAL (1927-1945).....</b>	<b>129</b>
4.1. As Franciscanas de Calais em 1927.....	134





4.2. Evolução das Comunidades da Província Portuguesa (1927-1945) .....	138
4.3. Do Noviciado de Tui, Espanha, ao Noviciado de Santo Tirso, Portugal (1927-1945) .....	150
4.4. Renovação do património pertencente às Franciscanas de Calais (1927-1945).....	158
4.5. As Missões de Moçambique (1935-1945).....	162
4.6. As Franciscanas de Calais e os novos desafios à sua obra.....	164
<b>5. A RENOVAÇÃO DAS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE NOSSA SENHORA EM PORTUGAL (1945-1974)...</b>	<b>171</b>
5.1. As Franciscanas de Calais em 1945.....	185
5.2. Evolução das Comunidades da Província Portuguesa (1945-1974) .....	186
5.3. Do Noviciado de Santo Tirso ao Noviciado de Gondomar (1945-1974).....	220
5.4. A ação missionária em Moçambique (1945-1974) .....	221
5.5. A participação da Província Portuguesa na expansão do Instituto para o Brasil (1965-1975) .....	231
<b>6. A PROVÍNCIA DAS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE NOSSA SENHORA EM PORTUGAL E O APROFUNDAMENTO DA SUA ESPIRITUALIDADE (1974-1992).....</b>	<b>235</b>
6.1. A Província Portuguesa em 1974.....	250
6.2. Evolução das Comunidades da Província Portuguesa .....	253
6.3. O Noviciado de Gondomar.....	273
6.4. O contributo da Província Portuguesa à atividade da Congregação no Brasil e Moçambique .....	276
<b>7. A PROVÍNCIA PORTUGUESA DAS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE NOSSA SENHORA, O REFORÇO DA SUA VOCAÇÃO MISSIONÁRIA E UMA MAIOR ABERTURA À COLABORAÇÃO DOS LEIGOS (1993-2018).....</b>	<b>281</b>
7.1. A Província Portuguesa em 1993 .....	298
7.1.1. A intensificação da formação religiosa e profissional.....	299
7.1.2. Número de religiosas, naturalidade e sua distribuição etária.....	302
7.1.3. As Comunidades da Província Portuguesa das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal .....	309
7.1.4. A abertura da Casa de São Tomé e Príncipe e a colaboração das Religiosas em Moçambique e no Brasil.....	328
7.2. Evolução do número de Comunidades da Província Portuguesa (1993-2018) .....	330
7.2.1. Novas Comunidades .....	331





7.2.2. Comunidades encerradas .....	332
7.2.3. Comunidades fusionadas .....	337
7.3. Formação inicial à vida religiosa (1993-2018).....	337
7.3.1. Aspirantado .....	338
7.3.2. Postulantado .....	339
7.3.3. Noviciado .....	339
7.4. A formação contínua religiosa e profissional das Irmãs.....	344
7.4.1. A formação de natureza religiosa.....	344
7.4.2. A formação profissional .....	351
7.5. A colaboração das Religiosas Portuguesas nas outras Regiões da Congregação das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora .....	354
7.6. O reforço da vocação missionária.....	356
7.7. O incremento da abertura à colaboração dos leigos.....	361
<b>8. A PROVÍNCIA DAS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE NOSSA SENHORA/REGIÃO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO AO PRESENTE (2018).....</b>	<b>369</b>
CONCLUSÃO .....	405
NOTAS.....	408
MEMORIAL DAS RELIGIOSAS DA PROVÍNCIA /REGIÃO PORTUGUESA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO ..	413
CRONOLOGIA .....	533
CASAS/COMUNIDADES DA PROVÍNCIA PORTUGUESA DAS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE NOSSA SENHORA OU REGIÃO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (1876-2018) .....	581
HINOS DA PROVÍNCIA/REGIÃO PORTUGUESA DAS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE NOSSA SENHORA .....	585
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	593
ABSTRACT.....	599
RÉSUMÉ .....	603
ÍNDICE DE DOCUMENTOS, QUADROS, GRÁFICOS E MAPAS .....	607







## NOTA DE ABERTURA

A história das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal, durante muito tempo designada por Província de Franciscanas de Nossa Senhora, e, ao presente, por Região de Nossa Senhora da Conceição, foi publicada em 1992. Partiu de escassa documentação disponível, devido à expulsão das religiosas de Portugal em 1910, onde perdemos muito do nosso espólio documental, e à destruição da Casa Geral da Congregação e dos seus arquivos em França, por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Foi necessário, sem dúvida, um esforço redobrado para o levantamento exaustivo noutras *bibliotecas e nos arquivos do Vaticano e dos Franciscanos Capuchinhos em Roma*, de forma a conseguirmos obter a importante documentação referente à nossa História.

Só a coragem sem medo de avançar e um espírito empreendedor de alguém como era o da Irmã Maria Benilde Vieira de Sousa Rangel, Provincial à época, tornaram possível a elaboração da nossa história. O significado e o alcance de se fazer essa história era mais importante que todos os sacrifícios que exigia. Com justa gratidão, prestamos a nossa homenagem à Irmã Maria Benilde Vieira de Sousa Rangel.

Ao comemorar os 25 anos da publicação do livro *As Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal* em 2017, o Conselho Provincial decidiu proceder à revisão dos textos então produzidos e atualizar a obra até ao presente, dando particular relevo aos últimos 25 anos da Região de Nossa Senhora da Conceição, atribuindo esse trabalho ao CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, fundado pela Universidade do Porto e pela Fundação Eng. António de Almeida, em 1990, na pessoa do Prof. Doutor Fernando de Sousa.

A história ajuda-nos a compreender o fabuloso valor da obra que a Congregação tem semeado através de cada Irmã, em total doação ao próximo. A Congregação deverá ser entendida na grandeza dos seus membros, das suas iniciativas, no contexto da sua missão humanitária na Igreja, da generosidade, fé e solidariedade e na transmissão dos valores franciscanos e evangélicos proclamados. A Congregação, fundada no ano de 1854 em França, recebendo no seu Noviciado as primeiras portuguesas em 1869 e fundando de raiz a sua primeira Comunidade em Portugal no ano de 1876, tem desenvolvido uma ação considerável e meritória nas mais diversas vertentes, onde a sua presença tem sido uma ajuda preciosa, sobretudo na saúde, na educação e nos serviços sociais.

São admiráveis os exemplos de vida e missão de solidariedade e de intervenção que encontramos nas páginas deste livro.

A Ministra/Superiora Provincial/Região de Nossa Senhora da Conceição, FMNS

*Irmã Maria Ludovina Martins Ferraz*

Irmã Maria Ludovina Martins Ferraz







Busto de São Francisco, recuperado dos destroços do Mosteiro de Calais após os bombardeamentos da II Guerra Mundial, século XIX (Foto: Arquivo FMNS)



## INTRODUÇÃO

“Só elas [as freiras] podem realizar, fazer possível tudo o que há de bom e de justo nas utopias do Socialismo, tudo o que há de verdade e de razão nas declamações mais ou menos sinceras dos filósofos e reformistas do nosso século”.

(Almeida Garrett, *Discursos parlamentares e memórias biográficas*, Lisboa, 871, p. 168)

O triunfo do liberalismo em Portugal, ao suprimir os multisseculares privilégios do clero e ao questionar a liberdade religiosa, suscitou um prolongado e doloroso conflito com a Igreja, o qual só veio a terminar definitivamente no século XX.

No que diz respeito ao clero regular, o regime liberal, em vez de incentivar a necessária e urgente reforma das ordens religiosas que se encontrava em curso desde finais do século XVIII, optou pela solução radical, isto é, pela sua total extinção. Em 1832, um decreto suprimiu numerosos conventos de religiosos e religiosas nos Açores, mandando que os seus bens fossem considerados bens nacionais. Em 1833, foi ordenada a supressão dos conventos abandonados. E ainda nesse ano, novos diplomas legislativos proibiram, daí em diante, todas e quaisquer admissões a ordens sacras e a noviciados monásticos de qualquer instituto ou natureza, despediram dos conventos ou mosteiros todos os indivíduos que se achassem nos noviciados, fazendo-os regressar à “classe de sociedade” a que pertenciam, e pôs termo às instituições dos prelados maiores das ordens militares e monacais, sujeitando aos bispos das dioceses as comunidades de todos os conventos, mosteiros e casas religiosas de um e outro sexo. Finalmente, em 1834, foram extintos em “Portugal, Algarve, Ilhas Adjacentes e Domínios Portugueses” todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas

as ordens regulares, mandando incorporar nos próprios da Fazenda Pública Nacional os bens dos conventos.

Às casas de religiosas foi aplicada a legislação de 1833, que expulsara os noviços de todos os institutos e proibira a admissão de novos candidatos, legislação essa que, na prática, equivalia a uma lenta, mas não menos eficaz, condenação à morte. Com exceção dos conventos onde existiam religiosas que tinham professado antes de agosto de 1833, nenhuma outra comunidade, congregação ou casa religiosa destinada à vida conventual, e com noviciados ou votos, podia mais ter existência legal.

Esta política anticlerical e porventura anticatólica do Estado liberal, filha do racionalismo setecentista e da ideologia laicista que após a Revolução Francesa se desenvolveu por toda a Europa, provocou, em 1833, o corte das relações com a Santa Sé, as quais, só em 1841 vieram a ser reatadas. Contudo, a normalização das relações entre o Estado e a Igreja não permitiu o restabelecimento das congregações religiosas – decisão que veio a ter profundas e negativas consequências quanto à instrução popular e à salvaguarda da presença portuguesa em África –, nem alterou a situação em que se encontravam os agonizantes conventos de religiosas ainda existentes.

É certo que a Concordata de 1848, no que dizia respeito aos conventos de freiras, declarava textualmente que a redução ou suspensão daqueles se efetuaría

por acordo com a Santa Sé, o mesmo acontecendo com o número de religiosas que deviam existir em cada convento, e que o Governo português não impediria as profissões religiosas.

É verdade, também, que Almeida Garrett, fiel à ortodoxia cristã e católica, e defensor do ensino de uma religião verdadeiramente cristã, piedosa, caritativa, tolerante e justa, em 1854, apresentou à Câmara dos Pares um projeto de lei destinado a permitir a admissão ao Noviciado e profissão nos conventos do sexo feminino das jovens que pretendessem consagrar-se à educação, instrução e assistência<sup>1</sup>. Mas o texto da Concordata não passou de letra morta e o projeto de Almeida Garrett, como outras tímidas iniciativas, não teve qualquer aplicação, continuando assim, em vigor, a radical doutrina estabelecida em 1833-1834.

Todavia, a partir de meados do século XIX, “sem embargo das leis existentes, por todo o País, nas cidades mais populosas, como nas vilas e aldeias, se foram introduzindo comunidades ou congregações religiosas, estabelecendo escolas, hospitais, asilos, creches, instituições de toda a ordem, com aplicação ao ensino, à beneficência, à caridade, à propaganda da fé e da civilização no Ultramar, dando educação às crianças, tratamento a doentes, albergue a velhos e inválidos, preparando missionários e levando, por eles, às colônias, ao mesmo tempo que a devoção e a fé, o amor pela Nação Portuguesa”<sup>2</sup>.

Comunidades que se estabeleciam a título precário e anónimo, desprovidas, quase sempre, de qualquer existência jurídica, sujeitas à hostilidade de alguns setores da população urbana, hostilidade essa que, não raras vezes, degenerou em perseguições e violências. No que diz respeito às freiras, assim aconteceu com as Inglesinhas ou Brígidas, que, em 1861, perante o clima de intolerância vivido no nosso País, se retiraram para Inglaterra, e com as Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo, obrigadas também, em 1862, a abandonar Portugal e a recolher-se em França.

A expulsão das Irmãs de Caridade não impediu, contudo, a entrada no Reino de outras congregações de religiosas igualmente vocacionadas para assistência e educação da mulher, setor no qual desempenharam um papel insubstituível. Em 1868-1869, do nosso País

surgiram os primeiros contactos com as *Franciscanas de Calais*, posteriormente designadas por *Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora*, as quais se instalaram definitivamente em Portugal no ano de 1876, fundando a Casa de Nossa Senhora das Sete Dores (casa que, mais tarde, passou a designar-se *Asilo-Colégio de Nossa Senhora do Pranto*), em Ílhavo, que está na origem da *Província Portuguesa das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora*, ao presente designada por *Região de Nossa Senhora da Conceição*.



Bênção Apostólica de Sua Santidade João Paulo II concedida à Província Portuguesa das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora (1992) (Foto: Arquivo FMNS)

Em 1992, no centenário da aprovação definitiva das *Constituições* do Instituto (11 de março de 1892), tivemos oportunidade de produzir a sua História, que deu origem à publicação de *As Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal*. Entretanto, passaram 25 anos e a obra esgotou-se.

Como a Irmã Superiora Provincial Maria Ludovina Martins Ferraz explica na nota de abertura, em 2017, o Conselho Provincial decidiu proceder à edição de uma nova história que viesse até ao presente,

convidando-nos para produzirmos tal trabalho. Aproveitamos esta oportunidade para, juntamente com o investigador do CEPESE, Prof. Doutor Diogo Ferreira, refundir o estudo já publicado, corrigindo erros e eliminando alguns documentos, de forma a não aumentar significativamente a dimensão desta obra, a qual dá relevo aos últimos 25 anos da vida da Província/Região das Franciscanas. E, logicamente, atualizámos os quadros inseridos no trabalho anterior que terminavam em 1992, trazendo-os até finais de 2018.

Tínhamos já referido que a elaboração da História das Franciscanas de Calais, ou Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal, não constituiu tarefa fácil. As fontes relativas à História da *Congregação das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora*, durante muito tempo designadas por *Franciscanas de Calais*, são escassas e encontram-se dispersas, fruto do clima de hostilidade em que viveram durante numerosas décadas. Por outro lado, a história da própria Congregação não está feita, o que limita fortemente a possibilidade

de verificarmos até que ponto a ação das Franciscanas de Calais em Portugal resulta, fundamentalmente, das condições existentes no nosso País, nos últimos 150 anos, ou de uma estratégia mais ampla, só compreensível à luz da história de toda a Congregação.

Efetivamente, a bibliografia sobre o Instituto encontra-se reduzida às biografias de algumas Superiores Gerais e a um ou outro opúsculo de apresentação e divulgação da obra das Franciscanas de Calais, sendo apenas digno de registo um pequeno estudo, meritório, sem dúvida, mau grado as imprecisões – e recentemente traduzido para português pelas Irmãs Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora –, do padre Hughes, publicado em 1924, mas que não só não dá conta, pela sua reduzida dimensão, da extraordinária atividade do Instituto até à Primeira Guerra Mundial, como também se revela de pouca importância para o estudo daquelas religiosas em Portugal<sup>3</sup>.

No que diz respeito às fontes relativas à sua história em Portugal, também não é difícil perceber que, já pelo



O Mosteiro de Calais, a primeira Casa-Mãe da Congregação (à esq.), no início do século XX (Foto: Arquivo FMNS)

facto de estarmos perante um Instituto que apresenta a Casa-Mãe em França, já por razões que se prenderam com o clima de intolerância religiosa, mais concretamente anti-congreganista, que se instalou em Portugal no século XIX e se agravou no primeiro quartel do século XX, a exigir, por vezes, às Franciscanas de Calais uma vida de autêntica clandestinidade, a documentação existente em Portugal é escassa e de relativa importância.

Com efeito, o *Arquivo da Província* guarda raras fontes históricas, anteriores à Segunda Guerra Mundial. O *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, onde se encontra o Fundo das Congregações formado após a extinção e expulsão dos institutos religiosos, em 1910, revela-se pobre quanto às Franciscanas de Calais. E o mesmo acontece com o *Arquivo do Governo Civil do Porto*, entretanto incorporado no *Arquivo Distrital do Porto*, importante apenas para 1901, quando o Instituto, como todos os outros, foi obrigado, de acordo com a legislação desse ano, a organizar e regulamentar a atividade dos seus estabelecimentos próprios de ensino e assistência.

Restava-nos o Arquivo da Casa-Mãe, do *Mosteiro*, como era carinhosamente designado pelas religiosas, mas, na noite de 26 para 27 de maio de 1940, um bombardeamento terrível destruiu a Casa de Calais e boa parte do *Arquivo da Congregação*, o qual, no entanto, instalado ao presente na Casa Geral, em Paris, se revela extremamente útil para a história do Instituto. Tendo em atenção esta realidade, vimo-nos obrigados a consultar outros arquivos eclesiásticos, que acabaram por se demonstrar imprescindíveis para a concretização do nosso trabalho. Referimo-nos, naturalmente, ao *Arquivo do Vaticano*, muito especialmente, aos fundos designados por *Congregatio pro Institutis Vitae Consecratae et Societatibus Vitae Apostolicae*, mas também ao *Arquivo Geral dos Capuchinhos*, em Roma, a cuja Ordem as Franciscanas de Calais se encontram unidas desde sempre.

Quanto às fontes impressas, convém esclarecer que estas dizem respeito, especialmente, ao período de viragem do século XIX para o século XX, desaparecendo, de modo irreversível, no período compreendido entre as duas guerras mundiais. Apesar de nem sempre constituírem séries contínuas e homogêneas e não

raras vezes acusarem inexatidões, a verdade é que formam um núcleo documental importante, através do qual podemos captar alguns traços marcantes da Congregação, da sua espiritualidade, das preocupações, mentalidades e trajetórias das principais responsáveis que serviram em Portugal.

Entre as fontes impressas merecem nota especial os *Annales de la Congregation des Religieuses Franciscaines de Calais. Chronique de l'année...*, para vários anos, os *Rayon de Soleil*, *Petit Echo du Monastère et des Missions*, transformado mais tarde no *Petit Echo de la Maison-Mère et des Missions* (1925-1939), os *Annales Franciscaines*, a *Paix et Joie* e o *Noviciat. Journal de 1927 à 1956*, e algumas publicações periódicas portuguesas, com especial destaque para *A Palavra* (1872-1911), jornal católico portuense e a revista *Sinais de Vida* (1998-2006).

No domínio da bibliografia atinente às Franciscanas de Calais em Portugal, somos forçados a reconhecer que, até 1988, nada se escreveu, com exceção das poucas linhas que Fortunato de Almeida lhes dedicou na sua *História da Igreja em Portugal* e de um magro opúsculo impresso em 1935<sup>4</sup>. Desta triste realidade nos apercebemos quando elaborámos, em 1988, a história de uma das Instituições mais importantes da Província/Região de Nossa Senhora da Conceição, o *Hospital de Santa Maria*, no Porto, o que nos levou a incorrer nos mesmos erros em que Fortunato de Almeida caiu quanto às origens das Franciscanas de Calais em Portugal, os quais, logicamente, corrigimos no presente trabalho<sup>5</sup>.

Em 1991, publicámos *As Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal (1868-1894)* e, no ano seguinte, *Um Instituto Religioso na República. As Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora (1910-1926)*<sup>6</sup>.

Finalmente, em 2000, o *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dirigido por Carlos Moreira Azevedo, no seu volume II (letras C-I), regista uma entrada sobre as “Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora”, por Maria do Pilar Vieira, baseada no nosso trabalho publicado em 1992<sup>7</sup>.

Relativamente à tradição oral, após numerosas e longas entrevistas, acabámos por concluir que a mesma só é válida para os anos vividos pelas religiosas



dentro da Congregação, e que a “memória” dos tempos anteriores à Segunda Guerra Mundial tinha praticamente desaparecido, lembrando apenas uma casa, um nome, um ou outro episódio mais doloroso aquando da perseguição de 1910-1911. Apesar das dificuldades apontadas, a investigação que realizámos ao longo de vários anos permitiu-nos apreender, com rigor, a história das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal e problematizar a sua instalação no nosso País, questão fundamental para se compreender os destinos da Congregação na terra portuguesa.

Tendo em atenção tudo o que foi dito, vamos, pois, traçar a história das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, ou Franciscanas de Calais, em Portugal (Província/Região de Nossa Senhora da Conceição), procurando integrar, sempre que possível, a descrição e compreensão dos acontecimentos no contexto mais amplo da História da Congregação em geral, assim como da História de Portugal, e apreender as fases da sua evolução, as quais imprimiram a este trabalho a sua estrutura interna.

Assim, depois de uma breve apresentação do Instituto, das suas origens, espiritualidade e expansão nos anos que precederam a sua ligação ao nosso País (1854-1868), iremos tratar dos primeiros contactos com Portugal, da tentativa do estabelecimento da Congregação em Lisboa e da sua instalação definitiva, de raiz, no Norte de Portugal, para expansão e consolidação da obra do Instituto (1868-1910); da dramática experiência vivida com a Primeira República (1910-1926); do seu ressurgimento e alargamento da sua ação a Moçambique (1927-1945); do relançamento e renovação do Instituto em Portugal (1945-1974); da autonomia da Província Portuguesa e do aprofundamento da espiritualidade franciscana (1974-1992); da sua evolução entre 1992 e 2018, um período de 25 anos em que a Província/Região de Nossa Senhora da Conceição não só reforçou a sua vocação missionária como desenvolveu a colaboração dos leigos; e, por fim, da sua caracterização ao presente.

Apresentamos igualmente as biografias das Irmãs que estiveram na origem da fundação do Instituto de Calais em Portugal (1869-1876), das religiosas de que temos notícia que entraram na Congregação

a partir de 1921 até 2018, e, finalmente, das Irmãs que integram na atualidade (finais de 2018) a Província/Região de Nossa Senhora da Conceição.

Este trabalho integra ainda uma cronologia com os principais factos e acontecimentos relativos à história da Província/Região de Nossa Senhora da Conceição, lado a lado com o que de mais relevante se passou no nosso País em cada um desses momentos, ou seja, o contexto histórico em que tais factos ocorreram.

Resta-nos agradecer a todas as pessoas que, com as suas informações, sugestões e achegas, contribuíram para a realização deste trabalho.

À Superiora Provincial, Maria Ludovina Martins Ferraz, a qual compreendeu o significado e o alcance de se aprofundar a história das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal, que muito se dedicou a esta obra. Às Irmãs Maria Celeste de Sousa Catarino e Ana Paula da Conceição, que conosco trabalharam pacientemente na recolha da informação para esta obra. E ainda às Irmãs Maria Helena Rodrigues Carvalho Moreira, Maria de Jesus de Sousa Montenegro e Maria Goreti dos Santos Pereira, que integram também o Conselho Provincial, as quais procederam à leitura crítica deste trabalho.

O nosso reconhecimento vai, ainda, para os padres Isidoro Agudo, bibliotecário do Arquivo Geral dos Capuchinhos, e Armindo Vaz, da Ordem dos Carmelitas Descalços, pela documentação que em tempo oportuno nos enviaram de Roma. Para os doutores Bruno Rodrigues, Paulo Amorim e Ricardo Rocha, investigadores do CEPESE, que colaboraram na produção deste estudo. Para a *designer* Daniela Ribeiro, que assegurou a apresentação gráfica desta obra. E para o doutor Hugo Moreira, responsável pelo trabalho de registo fotográfico que desenvolveu pelas diversas comunidades.

Finalmente ao CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, fundado pela Universidade do Porto, sendo reitor o Prof. Doutor Alberto Amaral, e pela Fundação Eng. António de Almeida, tendo como presidente o saudoso Dr. Fernando Aguiar-Branco, pelas condições que nos forneceu para nos debruçarmos sobre a investigação que desenvolvemos sobre a Província/Região das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora.

